

MPRA

Munich Personal RePEc Archive

There is one institutionalism? Pathways to a satisfactory economic theory

Pinto, Hugo
University of the Algarve

February 2008

Online at <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/13512/>
MPRA Paper No. 13512, posted 19. February 2009 / 12:22

Existe um Institucionalismo?

Caminhos para uma Teoria Económica Satisfatória

There is one institutionalism? Pathways to a satisfactory economic theory

Hugo Pinto

hpinto@ualg.pt

Este *working paper* resulta de um ensaio realizado em Fevereiro de 2008 no âmbito da segunda edição do Programa “Governança, Conhecimento e Inovação”. Uma versão deste texto foi apresentado no Workshop Pré-congresso dos 30 anos do CES e publicado na e-Cadernos (n.º 2). O autor beneficia de uma bolsa de Doutoramento da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia na área científica PACT – Promoção e Administração de Ciência e Tecnologia (referência SFRH/BD/35887/2007).

Existe um Institucionalismo? Caminhos para uma Teoria Económica Satisfatória

Resumo:

O ensaio tentará ser uma discussão em torno das teorias institucionalistas, confrontando o surgimento do Institucionalismo com os limites da teoria neoclássica. Serão debatidas as ideias institucionalistas iniciais e o novo Institucionalismo será apresentado tentando evidenciar o que distingue as ideias precursoras de Coase e Williamson de outras abordagens que tentaram levar a teoria económica e o seu individualismo metodológico, num movimento que ficou conhecido como o Imperialismo da Economia, uma transposição de métodos e análises microeconómicas, para temas não habitualmente tratados, como os que serviram de base aos trabalhos de Becker. No final tentar-se-á aflorar se o Institucionalismo está a convergir para uma teoria mais consolidada ou se diverge entre os seus dois grandes ramos teóricos do Velho e do Novo Institucionalismo.

Palavras-chave:

Instituições, Velho Institucionalismo, Novo Institucionalismo, Teoria Neoclássica

Abstract:

The essay will try to debate about the institutional theory, confronting the emergence of institutionalism with the limits of neoclassical theory. The initial old institutionalism and the new institutionalism ideas will be discussed trying to underline what distinguishes the ideas of Coase and Williamson from other approaches that tried to export the economic theory and its methodological individualism, a movement that became known as the imperialism of economics, a transposition of methods and microeconomic analysis, to subjects not commonly analyzed by economics, as the ones served as the basis for the work of Becker. In the end it will try to touch on whether the old theory and new institutionalism are converging or diverging towards a new institutionalism.

Keywords:

Institutions, Old institutionalism, New institutionalism, Neoclassical Theory

Prefácio

O início do terceiro ano da licenciatura em Economia na Universidade do Algarve era sempre um momento de alguma angústia. Muitos alunos, com o avolumar de disciplinas em atraso sentiam que o curso que tinham escolhido (ou a que tinham ido parar) não era para eles. Este “drama” passava um pouco ao lado dos docentes que viam uma percentagem significativa de alunos, principalmente se tivéssemos em conta apenas aqueles com algumas cadeiras em atraso, saltarem para as licenciaturas em Gestão ou Gestão de Empresas¹, tidas como mais práticas e com maior adequação dos conteúdos ao mercado laboral (também se sabia que eram mais fáceis de concluir).

Um jovem professor tentando orientar os alunos dedicou algum tempo da sua aula a este assunto. Perguntou as angústias dos alunos, se estavam satisfeitos com o curso, porque motivo queriam ou não mudar e no final lançava um aconselhamento/veredicto sobre o que achava de cada caso concreto.

Quando chegou a minha vez de partilhar a minha situação eu referi o desinteresse que estava a ter com o curso. O primeiro motivo, tinha notas medianas. Estava claramente mal acostumado do Ensino Secundário em que uma visão crítica e atenção nas aulas, interacção com os professores e colegas e duas ou três horas de estudo no dia antes dos testes, me permitiam sempre notas elevadas. Na faculdade nada disso acontecia, as aulas tinham demasiados alunos (no meu ano entraram sessenta alunos de Economia, que partilhavam as aulas do primeiro ano lectivo com a Gestão de Empresas, não havia interacção o que me tirava o interesse de ir às aulas. A participação estava vedada. Não havia nada, parecia-me, que não fosse mais fácil aprender a ler um livro do que numa aula com 140 pessoas, muitas das quais sentadas nas escadas do auditório, e onde não se conseguia ouvir o professor. Era preciso estudar muito, algo que o Ensino Secundário claramente não me tinha ensinado a fazer. Este motivo deixou o professor a pensar um pouco...

Eu passei para o segundo motivo, as próprias disciplinas. Destaquei que achava que a Teoria Económica não explicava nada, que tinha uma excessiva matematização e modelação sem aderência à realidade. No Secundário, não me tinham ensinado a estudar, mas eu achava que me tinham ensinado a pensar e eu sabia que a Economia

¹ Gestão é leccionada na ESGHT – Escola Superior de Gestão Hotelaria e Turismo e Gestão de Empresas na Faculdade de Economia

podia ser interessante.² Para além de uma excessiva importância dada aos métodos matemáticos e estatísticos, às contabilidades e finanças (onde, por curiosidade, eu tinha as notas mais elevadas – e na altura comecei a questionar se não seria essa a minha vocação) e o menosprezo pelas cadeiras de História e Sociologia³, a Economia dada até aquele momento era para mim desadequada. Os modelos centrados apenas numa unidade de análise individual, o consumidor, a empresa, o mercado específico pareciam-me sempre, demasiado incompletos. Aqueles modelos não reflectiam a realidade que eu via na vida quotidiana, e eu achava que as teorias económicas deviam reflectir o que observava na realidade. As disciplinas que tive de Filosofia no secundário, tinham-me dado algumas noções do que era o conhecimento científico e da incapacidade humana de perceber o real e os númenos (as coisas em si), limitada pela intuição empírica a compreender apenas os fenómenos⁴, e faziam-me surgir muitas dúvidas sobre aquele conhecimento. A Economia parecia-me nesta altura uma disciplina científica que se queria impor à realidade. Não era a disciplina que tentava explicar a realidade, a realidade, se tudo funcionasse de uma forma (fórmula mágica?) específica iria levar aos resultados apresentados pela teoria, centrados no equilíbrio e na eficiente utilização dos recursos.

Nesta altura já os meus colegas se dividiam entre uma metade distraída e outra metade perplexa com o que eu estava para ali a dizer. O professor, que havia algum tempo que se estava a conter, disparou:

“- Acho que devia mudar de curso!”

² No décimo ano os objectivos do programa da disciplina de Economia eram compreender a importância da dimensão económica na realidade social identificando a presença da economia no quotidiano, a economia como forma de olhar o social, a mundialização como contexto em que decorrem actualmente as trocas, enquadrando com os conhecimentos básicos sobre a actividade económica e agentes económicos, a contabilidade nacional e o intervencionismo do Estado na economia. No décimo primeiro ano os temas focavam numa primeira parte a problemática do Desenvolvimento, a relação Norte-Sul, as teorias do comércio internacional e numa segunda o processo de integração europeia. No décimo segundo ano, na disciplina de Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social reflectíamos sobre a mudança na sociedade e os percursos de desenvolvimento, as questões de desenvolvimento no mundo actual e cenários de futuro, onde entre outros temas vi pela primeira vez abordar o papel das tecnologias no desenvolvimento das sociedades. Nas referências bibliográficas estão indicados os manuais escolares utilizados nessa altura.

³ Neste caso o menosprezo podia ser verificado empiricamente porque estas disciplinas valiam metade dos créditos das outras.

⁴ No décimo primeiro ano de Filosofia, foram abordados temas relativos ao conhecimento científico, por exemplo as visões de Duhem, Bachelard, Popper, Kuhn ou Lakatos. No décimo segundo ano, uma das obras de leitura obrigatória foi a “Fundamentação da Metafísica dos Costumes” de Kant, onde são problematizados os limites da compreensão humana.

Introdução

A Teoria Económica é um tema que devia interessar a todos os economistas. Perceber a realidade da forma mais adequada que nos for possível depende do modo como criamos quadros conceptuais relevantes e indicados para nos explicar os fenómenos que nos rodeiam. A Economia enquanto ciência é muitas vezes vista mais pelos métodos analíticos que utiliza do que pelo objecto de estudo que foca. Se perguntarmos aos economistas⁵ (felizmente hoje em dia a diversidade começa a ser também já um indicador interessante) o que entende por economia e o que a economia estuda ele provavelmente irá referir uma série de conceitos e métodos que são originários da Escola Neoclássica, que tem actualmente o estatuto de ortodoxia económica. Vamos ouvir falar da escassez, de recursos limitados, de eficiência, do equilíbrio entre a oferta e a procura, tipos de mercados da concorrência perfeita a monopólios, do olhar necessário sobre o agente-tipo (o consumidor, a empresa), e que tudo isto deve ser representado através de uma formalização matemática adequada, p.e., a análise marginalista, que deverá originar posteriormente gráficos e esquemas, consubstanciando um modelo.

Esta visão deixa muitos espaços em branco. Pelo menos dois essenciais podem ser referidos. O primeiro é que a Economia, ao focar os temas que atrás foram referidos, acaba por afastar uma série de assuntos que cabem dentro do social, mas que os economistas insistem em colocar de lado, como se não fossem nada importantes para o domínio económico. O segundo é que a Economia parece adita dos métodos. Apenas quando respeitamos a lógica dominante da utilização de números (a utilização da Econometria é a apoteose) é que determinado estudo económico pode ser visto como científico. Outros métodos, de cariz mais qualitativo, são afastados.

Esta situação deu à Economia uma evolução curiosa, foi aumentando a distância face a outras ciências sociais como a Sociologia ou a Antropologia e ganhando o respeito e um estatuto de verdadeira ciência, que às outras Ciências Sociais é recusado pelas Ciências Exactas. O domínio da matemática teve esse mérito e parece (aos olhos dos mais distraídos) transformar a Economia numa ciência geradora de leis universais e imutáveis.

⁵ Neste caso “economista” é usado como estereótipo. Uma imagem de um economista: um indivíduo magro, de gravata, com óculos, ligeiramente calvo, fato escuro um pouco envelhecido, que quando questionado sobre alguma coisa responde utilizando expressões como “crescimento face ao período anterior”, “variação homóloga” ou “tendência de quebra”.

Mas a discussão da teoria económica tem de ter em conta as suas limitações quando se baseia em visões simplistas da teoria neoclássica. A teoria institucionalista tem procurado assumir-se como capaz de preencher alguns dos espaços em branco que atrás eram referidos, através de respostas mais complexas mas igualmente mais satisfatórias.

O ensaio que se segue procurará explicitar o que se entende por Institucionalismo tendo como ponto de partida os limites da teoria ortodoxa da Economia. As ideias institucionalistas iniciais serão apresentadas, assim como o Novo Institucionalismo. No final tentar-se-á perceber se o Institucionalismo está a convergir para uma teoria mais consolidada ou se diverge entre os seus dois grandes ramos teóricos do Velho e do Novo Institucionalismo.

1. A Ortodoxia da Economia: a Visão Neoclássica

Actualmente quando qualquer licenciado em Economia sai de uma universidade ele transporta consigo um manancial de referências que o identificam com os seus pares e que transformaram as teorias neoclássicas na ortodoxia do pensamento económico.

Pegando nos manuais introdutórios de Economia, por exemplo, um de Samuelson e Nordhaus (1993) e outro de Baulmol e Blinder (2000), o que vamos encontrar? Deparamo-nos com uma aproximação à ciência económica como o estudo da forma como as sociedades decidem a utilização de recursos escassos passíveis de utilizações alternativas, para produzir bens de índole variada e reparti-los por diferentes grupos. Uma atenção muito grande é dada à análise de gráficos e tabelas para seguidamente se introduzir o cálculo diferencial que permite a optimização de várias funções essenciais à compreensão do mundo do *homo economicus*, um agente racional e interessado em si próprio, que deseja bem-estar, evitando o trabalho desnecessário e com capacidade de tomar as decisões adequadas para estes fins.

Mas então quais são os pressupostos essenciais da Teoria Neoclássica? Podemos dividir estes pressupostos em três grupos.⁶ O primeiro grupo de pressupostos relacionam-se com a visão auto-reguladora do mercado, um mecanismo universal, a que Adam Smith chamaria a “Mão Invisível”, que tende a levar a situação económica para um equilíbrio estável de longo prazo. Existe uma natureza auto-ajustadora e auto-correctiva da economia, onde os agentes, dotados de informação perfeita e rendimentos decrescentes,

⁶ Seguindo a linha de raciocínio do Professor José Reis no seminário de 10-01-2008.

procuram otimizar a sua situação. Um segundo grupo de pressupostos relaciona-se com o enfoque do individualismo metodológico. O enfoque é dado ao agente, a empresa, o indivíduo, tratadas como entidades racionais, dotadas de informação perfeita e que decidem de forma a melhorarem a sua situação. Os agentes económicos ao perseguirem os seus próprios interesses promovem os interesses da sociedade que é apenas a agregação dos resultados das acções individuais. Um último grupo de pressupostos fundamentais é a existência de modelos comportamentais dos fenómenos, que procuram encerrar explicações universais. A sofisticação dada a estes modelos cresceu muito fruto da influência (inveja?) que os economistas tinham dos físicos, consequência da universalidade das suas leis e do carácter mecânico dos resultados que encontravam, importando para a análise do económico o cálculo diferencial. A génese da Economia enquanto ciência está ligada à Física. Até o nome da ciência económica (*Economics*) segue a *Physics* (Física). O próprio Alfred Marshall, referência obrigatória quando falamos na formalização matemática na Economia, notou os problemas da utilização da matemática na economia:

“I had] a growing feeling in the later years of my work at the subject that a good mathematical theorem dealing with economic hypotheses was very unlikely to be good economics: and I went more and more on the rules - (1) Use mathematics as a shorthand language, rather than an engine of inquiry. (2) Keep to them till you have done. (3) Translate into English. (4) Then illustrate by examples that are important in real life. (5) Burn the mathematics. (6) If you can't succeed in (4), burn (3). This last I did often.”⁷

Actualmente a sofisticação dos estudos económicos continua muito dependente dos métodos utilizados. Por exemplo, a utilização crescente de métodos de estatística multivariada e de modelos econométricos trazem a credibilidade e cientificidade que outros métodos parecem não obter nas publicações na área da Economia.

2. O Institucionalismo como Resposta às Limitações da Teoria Económica

A Escola Neoclássica teve o mérito de trazer um reconhecimento à Economia enquanto ciência que a distancia das outras ciências sociais. No entanto, os pressupostos devem ser alvo de críticas porque têm duas consequências limitadoras importantes.

⁷ A citação é a uma obra de Stanley Brue, *The Evolution of Economic Thought*, 5th edition, página 294, referido em URL http://economistsview.typepad.com/economistsview/2006/05/alfred_marshall.html.

A primeira e sobre a qual este ensaio não vai debater, é que os pressupostos neoclássicos, são muitas vezes utilizados para fazer a apologia política do liberalismo económico. Os desequilíbrios tendem a ser corrigidos pelo mercado, e assim a intervenção do Estado na Economia deve ser mínima.

A segunda e no qual o texto se centra é a incapacidade de, com os pressupostos sugeridos, se alcançar uma explicação satisfatória da realidade. Furubotn (1997: 441) revela que se desejamos perceber o comportamento económico como ele acontece no mundo real não nos podemos abstrair dos principais elementos caracterizadores da realidade económica, como a racionalidade situada e os custos de transacção. Tal como refere Reis (2007: 51) não é um mundo estático e previsível que temos diante de nós caracterizado pela escolha do indivíduo. A lei dos rendimentos decrescentes e a total mobilidade dos factores implica que exista uma tendência para a convergência, algo que não confirmamos quando olhamos pela janela. O mundo que vemos pela janela contempla a vida colectiva, a presença de agentes activos, por vezes irracionais, em que a eficiência, o desperdício e o desequilíbrio acontecem, um “reino de incerteza”, o “processo da vida” a que Veblen, um dos pais da Economia Institucionalista se referia. É a diversidade humana que cria um realidade social complexa originária de diferenças e padrões variados derivados da interacção humana. Tal como refere North (2005: 19) o mundo não é ergódico, ou seja, não é totalmente previsível com base nos comportamentos passados e a racionalidade humana é limitada. Herbert Simon (1986) refere que se aceitarmos que a proposição que o conhecimento e a capacidade de processamento do decisor é limitada, então temos de distinguir entre o mundo real e a percepção e a racionalização do actor sobre o mundo. Os pressupostos da teoria neoclássica são úteis enquanto sub-sistema, que trata das operações do mercado e não como ele as desenvolve, mas falham na explicação do sistema económico de uma perspectiva mais geral. A este respeito, Douglass North (1993) no seu discurso do Nobel refere que:

“...Neoclassical theory is simply an inappropriate tool to analyze and prescribe policies that will induce development. It is concerned with the operation of markets, not how markets develop. (...) The very methods employed by neoclassical economists have dictated the subject matter and militated against such development. That theory in the pristine form that gave it mathematical precision and elegance modelled a frictionless and static world. (...) In the analysis of economic performance through time it contained two erroneous assumptions: one that institutions do not matter and two that time does not matter.”

A Escola Institucionalista surge assim como forma de compreender a interacção humana, uma crítica implícita à Escola Neoclássica. Segundo Hogdson (2006b: 2) as instituições são tipos de estruturas centrais na sociedade, sistemas de regras estabelecidas e prevalentes que estruturam as interacções sociais. North (1993: 2) refere que as instituições são restrições humanamente criadas que estruturam a interacção humana, constituídas por restrições formais (regras, leis, constituições) ou restrições informais (normas de comportamento, convenções e códigos de conduta auto-impostos) e as características de *enforcement* que definem a estrutura de incentivos na sociedade. Aoki (2005: 7) mostra uma instituição como um padrão de interacções sociais auto-sustentado, representado por regras com significado que todos os agentes conhecem e incorporam como crenças partilhadas sobre o modo como o jogo é jogado.

Como relata Hogdson (2006a: 2) o interesse dos economistas pelas instituições não é novo. A Escola Histórica Alemã, por volta de 1840 a 1930 é um ponto de partida importante porque veio lançar a atenção para a teoria económica adaptar-se às condições particulares em termos culturais e históricos. Esta escola tinham uma visão alargada e uma grande variedade de posições dos seus membros em termos teóricos, políticos e filosóficos. O Velho Institucionalismo Americano (*Old Institutional Economics* – OIE), do qual as figuras centrais foram Thornstein Veblen e John Commons, destacava a importância central das instituições e da mudança institucional rejeitando o enfoque no indivíduo e dando atenção primordial ao colectivo e na sua preponderância sobre o agente individual. Os próprios mercados deveriam ser vistos como instituições. Outro assunto muito salientado era a noção de preferências endógenas, as preferências individuais não devem ser tidas como dadas exogenamente, mas antes como parcialmente moldadas pelas circunstâncias económicas e culturais. Outros pontos comuns do Velho Institucionalismo, do qual Hogdson é considerado um dos grandes herdeiros, referem-se a uma visão holista, sistémica e evolucionista, com uma abordagem experimentalista e não formalista, onde a incerteza e contingência, mas também as questões do conflito e poder têm uma relevância grande. Veblen argumentava que a Economia deveria ser uma ciência evolucionista, guiada pelos princípios darwinistas, onde a mudança das instituições e da cultura poderiam ser vistos como processos de evolução, e os hábitos e as instituições como unidades de selecção. Veblen foca as questões da reprodução de poder, a cultura e ambiente contextual, o sistema económico

como um produto cultural e social, onde a dinâmica económica assenta nas tecnologias, as instituições são reprodutoras das especificidades que as tecnologias introduzem e o sistema económico baseia-se num processo evolutivo dependente das trajectórias de industrialização e de mudanças tecnológicas rápidas e extensas. Para Hogdson (1994: 59), Veblen falhou em providenciar uma teoria sistemática, mas deixou a porta aberta para outras aproximações entre os seus seguidores. Segundo o mesmo autor (2006a: 3), a América dos anos 30 tornou-se um ambiente discordante à popularidade de ideias darwinistas nas ciências sociais, em particular na Economia. John Commons, (Hogdson, 1994: 59) fez contribuições magistrais para a Economia Institucionalista, tentando providenciar à um quadro teórico sistemático que ultrapassasse esta discordância, mas a sua tarefa estava dificultada pelo contexto. Aplicando as ideias veblianas de selecção natural das instituições, mas onde estas assumem uma maior centralidade enquanto instrumentos de coordenação e de resolução, Commons foca a sua atenção em temas como as instituições enquanto determinantes do desempenho económico, nos direitos de propriedade e coloca uma forte ênfase nas transacções e contratos, ideias que irão ser desenvolvidas pelo Novo Institucionalismo Económico (NIE). No mesmo texto, Hogdson refere ainda que as tentativas de Commons em construir um quadro conceptual, foram pouco sucedidas porque o seu legado acaba por ser caracterizado por uma série de visões episódicas e incompletas de noções teóricas.

Após a Segunda Grande Guerra, o prestígio da utilização da matemática e da modelização, a síntese neoclássica, onde os modelos de equilíbrio geral walrasiano e a macroeconomia “pseudo-keynesiana” pareciam compatibilizar-se, levaram a um apagamento do Institucionalismo. Apesar de uma menor influência após 1945, o Velho Institucionalismo sobreviveu, com figuras como John Galbraith, Simon Kuznets, Gunnar Myrdal e Karl Polanyi. Como evidência da vitalidade da velha tradição institucionalista Kuznets e Myrdal foram laureados com a distinção Nobel em 1971 e 1974, respectivamente.

O NIE assume-se como um projecto diferenciado na Economia mas aceite pela generalidade dos economistas de referencial neoclássico. Os grandes nomes, deste ramo foram Oliver Williamson, Douglass North e Ronald Coase. A este respeito Reis (2007: 59) sublinha:

“...estamos no mundo luminoso e dourado dos prémios Nobel e não nos ambientes semicerrados e de perfumes rituais que correspondem aos meios de resistência e de formação de identidades fortes [do Velho Institucionalismo]”.

Williamson, responsável pelo baptismo em 1975 deste novo ramo da Economia, negou ligações entre o seu trabalho e o OIE, com excepção aos trabalhos de Commons. O NIE defende que o Velho Institucionalismo falha na criação de uma teoria, sendo apenas uma massa de material descritivo a aguardar por uma teoria (ou uma fogueira!).⁸ A meta do NIE era explicar a existência de instituições políticas, legais ou sociais, através de um modelo de comportamento individual detectando as consequências em termos de interacções humanas. O movimento explicativo da realidade é da centralidade dos indivíduos para as instituições, sendo os indivíduos tomados como ponto de partida, onde existe um estado natural livre de instituições, Hodgson (2004: 88).

O NIE vai beber de ideias originárias de Menger (1871) que foi pioneiro em ver como as instituições evoluíam de forma não planeada e não prevista a partir das decisões racionais e interacções dos agentes individuais. O. Williamson desenvolveu uma teoria dos custos de transacção da empresa dando importância central ao mercado. A existência do mercado é vista como um ponto de partida a partir do qual os indivíduos criam empresas e hierarquias para garantirem uma redução nos custos de transacção. No entanto, o NIE pode, por vezes, ser confundido com um movimento seu contemporâneo no desenvolvimento da ciência económica que ficou conhecido como o Imperialismo da Economia. Este movimento reflecte a convicção de que o núcleo central da Economia, a teoria da escolha racional, é aplicável a todo o espectro das Ciências Sociais. O representante mais conhecido deste movimento é Gary Becker, laureado com o Nobel em 1992, um dos primeiros economistas a analisar tópicos identificados tradicionalmente com a Sociologia, como a discriminação racial, o crime, a organização familiar ou a droga, através da visão do comportamento humano como racional e maximizador de utilidade. O próprio Ronald Coase, outra das figuras centrais do NIE, num texto apresentado na International Economic Association, em 1975, revelava uma confiança exagerada nas capacidades da Economia, em estender-se para explicações em assuntos usualmente abordados por outras disciplinas⁹. Coase (1994: 39) referia que o movimento dos

⁸ Coase (1984) citado por Furubotn (1997: 430).

⁹ Esta tendência imperialista da Economia mantém-se na actualidade, o que pode ser exemplificado com o best-seller de 2006 “Freakonomics – O Estranho Mundo da Economia” de Steven D. Levitt e Stephen J. Dubner.

economistas para outras ciências sociais era o triunfo de uma técnica ou de um método, como por exemplo a programação linear, a análise custo-benefício e uso de métodos quantitativos. A Economia enquanto ciência da escolha humana permitia focar todos estes assuntos, e os economistas pareciam ter uma vantagem no tratamento destas questões, tratar o homem como um maximizador racional de utilidade, Coase (1994: 42). No entanto, para Coase, (1994: 43) dizer que as pessoas maximizam a sua utilidade não acrescentava nada sobre os seus propósitos na actividade económica e deixava-nos sem nenhuma compreensão do que afinal as pessoas querem. Assim o autor refere que o quadro institucional é essencial, porque o indivíduo comporta-se de forma distinta em diferentes sub-sistemas, o económico, o legal e o político. Uma teoria capaz para explicar um destes sub-sistemas deve ter capacidade de incorporar elementos que surgem da interrelação com os outros sub-sistemas.

O NIE surge assim como uma forma sofisticada de compreender questões que a Escola Neoclássica estava a negligenciar, mas tentando uma complementaridade e não uma divergência ou ruptura com esta escola. Na verdade, o NIE gera, como expõe Reis (2007: 64) dois campos de trabalho. Um que tem em Douglass North o seu nome principal, preocupado com a análise da mudança institucional e do desempenho de longo prazo das economias, onde as instituições redutoras da incerteza e estruturantes de incentivos que formam o caminho do desenvolvimento das economias e podem, portanto ser favoráveis e impulsionadoras do crescimento ou limitadoras deste. Outro, o plano das organizações e da empresa, em que Williamson e Coase são as figuras de proa. A transacção é a unidade de análise, o fundamento micro-analítico das instituições, onde o indivíduo abstracto da economia está presente, com interesses e necessidades dados exogenamente. O ambiente institucional é um agregado de parâmetros mutáveis cujas alterações modificam os custos organizativos comparados e permitem os arranjos institucionais – estabelecimento entre unidades económicas das formas como podem cooperar ou concorrer. Um dos elementos essenciais que esta visão adiciona à escola neoclássica é a superação da visão da empresa como uma combinação de *inputs* e factores de produção num conjunto de *outputs*, para uma pequena estrutura de planeamento onde estão presentes decisões que não dependem apenas das questões de mercado. Coase, refere em 1991, no seu discurso do Nobel, que a importância de se ter em conta estes factores institucionais, tem sido bem destacada pela realidade económica, porque existem custos em usar o mecanismo de preços, como era evidenciado na época

pela chegada súbita do Capitalismo aos países da Europa de Leste. Estes custos, já referidos anteriormente como custos de transacção, implicam a existência de métodos de coordenação, alternativos aos mercados, que têm custos na sua utilização e que muitas vezes são imperfeitos. Num sistema competitivo, uma empresa, apenas poderá existir se a sua coordenação permitir um custo inferior ao que seria alcançado através das transacções no mercado. Se os custos de fazer uma troca são maiores que os ganhos, então essa troca não se irá concretizar e a produção que se poderia concretizar não é realizada. Assim, os custos de transacção afectam não apenas os arranjos contratuais mas também os bens e serviços que são produzidos. Um exemplo de um mecanismo para reduzir os custos de transacção é o dinheiro, que facilita a definição dos contratos assim como a redução de quantidade de bens e serviços que são necessários para concretizar a troca. A questão dos custos de transacção, abordada por Coase possibilitou a mudança na forma de se pensar a organização económica e o pressuposto que o sistema económico é coordenado pelo mecanismo de preços. Além dos mecanismos de preços, que se dão dentro dos mercados, existe coordenação pelos agentes que empregam diferentes princípios organizacionais dentro da empresa para alocarem os seus recursos produtivos. Assim, as transacções poderiam ocorrer no mercado, através de contratos, ou internamente nas empresas. A isto, Williamson (1985) acrescenta o reforço da refutação da ideia de comportamento maximizador tradicional e enfatiza a necessidade da procura de economizar nos custos de transacção para se obter uma maior eficiência na adaptação das actividades organizacionais às mudanças do ambiente económico. Dependendo dos atributos da transacção e os pressupostos comportamentais dos agentes, a empresa poderá optar por uma das três alternativas de mecanismos de governança: o mercado, a hierarquia ou as estruturas híbridas, (Costa, 2005). Para avaliar os custos de transacção, Williamson (1985) fez a seguinte caracterização dos seus atributos:

- Especificidade de activos: Um activo é considerado específico se houver uma redução do seu valor caso haja a ruptura da transacção. Assim, a quebra contratual poderá levar uma ou todas as partes envolvidas a uma perda, o que aumenta os custos de transacção. Para reduzir os custos de transacção em casos de activos muito específicos, podem-se utilizar mecanismos de governação para reduzir o risco.
- Incerteza: A tomada de decisões na empresa é afectada pela incerteza, que acentua os custos de transacção. A empresa ao ter que transaccionar com outra, sem conhecer

previamente as variáveis relevantes futuras, incrementa o risco, podendo levar a uma quebra no acordo estabelecido.

- Frequência: A quantidade de vezes que se realiza uma transacção relaciona-se positivamente com a redução dos custos de transacção, porque se desenvolvem mecanismos de comprometimento bilateral e de reputação.

Os custos de transacção dependem do comportamento dos agentes envolvidos, o que origina uma série de condutas específicas dos actores relacionados com o oportunismo. A procura do melhor para si pode levar os agentes a comportamentos de *free-riding* e que podem prejudicar os outros agentes da transacção, caso uma das partes manipule ou distorça informações de forma a tirar proveito da situação em benefício próprio, com a noção que a racionalidade é limitada, ou seja, a capacidade cognitiva de tomar decisões e avaliar a complexidade do ambiente e da sua incerteza é incompleta.

Relatando Reis (2006: 66-67), o Novo Institucionalismo é o universo que estuda os resultados dos processos de adaptação e do comportamento (incluindo organizacional) dos indivíduos, onde a Economia com custos de transacção torna a noção que as instituições contam mais familiar para o *mainstream* económico.

Esta secção procurou de uma forma sucinta iluminar algumas ideias sobre o Institucionalismo, e como as visões originais do Velho Institucionalismo de Veblen e Commons, contrapuseram e resistiram à força da Escola Neoclássica, deixando sementes que pensadores posteriores vieram tratar. Ainda hoje muitas das insuficiências apontadas por estes autores mantêm-se actuais quando olhamos para as teorias *standard*. O Novo Institucionalismo, apesar de ser muito diferente do original, repescando a centralidade do indivíduo e comportando-se como complemento da Teoria Ortodoxa, parecendo por vezes comportar-se como os movimentos imperialistas da Economia que tentavam explicar tudo através do olhar da escolha racional, teve o mérito de trazer algum formalismo à análise das instituições o que permitiu uma atenção mais intensa nestes temas pela generalidade dos economistas.

Chegados aqui, uma pergunta subsiste... O que é afinal o Institucionalismo? Existe um Institucionalismo? Ou estes dois ramos nunca se vão tocar?

3. O Velho e o Novo, Ruptura ou Compatibilização?

O Velho e o Novo encontram-se na actualidade num ponto central e diferenciador de todas as teorias económicas. É que as Instituições contam. Mas várias diferenças afastam as duas escolas. Uma dissemelhança essencial entre o NIE e o OIE é a visão sobre as próprias instituições. Se no primeiro caso as instituições são vistas principalmente enquanto restrições adicionais, no segundo as instituições são capacitadoras, *enablers* do processo económico. O OIE e o NIE estão em desacordo quanto à decisão da metodologia, ao holismo (ou colectivismo metodológico) contrapõe-se o individualismo metodológico. Também no enfoque que dão a alguns conceitos e práticas estão em desentendimento. Enquanto o OIE estará preocupado com os sistemas abertos, com a causalidade cumulativa circular, a integração do conhecimento social numa lógica de interdisciplinaridade e de transdisciplinaridade, o NIE aborda questões como os custos de transacção, os direitos de propriedade, contratos utilizando as ferramentas da escola neoclássica, a análise marginalista.

A questão do individualismo metodológico e do holismo é uma das questões-chave nas divisões entre as duas escolas. Ambas as visões devem ser vistas pólos extremos a ser rejeitadas. As estruturas dependem dos indivíduos mas devemos rejeitar o individualismo. Os indivíduos dependem das estruturas sociais mas o colectivismo também deverá ser rejeitado. É necessária uma visão que permita compreender que os indivíduos e as estruturas constituem-se mutuamente. No entanto, temos de ultrapassar o dilema da impossível simetria, mostrando a prioridade temporal das estruturas sociais face aos indivíduos e que estas possuem propriedades que não são redutíveis às acções individuais e ao seu somatório. Estas visões podem ser integradas se conseguirmos apreender a noção de Causalidade Descendente Reconstitutiva, Hodgson (2002). Os indivíduos são influenciados pelo ambiente institucional e estas instituições são historicamente e localmente específicas, envolvendo indivíduos e instituições, que não são apenas restringidas mas também potenciadas e modificadas pelos poderes causais associados aos níveis superiores. Com a Causalidade Descendente Reconstitutiva¹⁰ o determinismo parece ser eliminado do nível superior, a causalidade descendente, as instituições passam a ser não apenas restrições mas também indutoras de mudança.

¹⁰ Em contraponto com a causalidade ascendente, normalmente aceite, em que elementos de um nível inferior provocam efeitos nos do nível superior, p.e., os vírus causam doenças e os indivíduos moldam as instituições.

O caminho do Institucionalismo parece assim traçar possibilidades de compatibilização, hoje em dia, é mais fácil perceber as proximidades das ideias de, por exemplo, de North e Hogdson. Parece estar a ser traçado o caminho para um quadro conceptual que poderá ser designado como um Institucionalismo Alargado, Reis (2007: 69). Existe uma mensagem comum e transversal da importância das instituições, do comportamento organizacional, da eficiência adaptativa, de incerteza e limitações informacionais e decisórias que trazem para a discussão problemas paralelos como são as normas, o *habitus*, culturas, contextualidades, ou seja, processos de estruturação das interações.

Hogdson (1994) relata o regresso da Economia Institucionalista, mostrando como este campo teórico ainda não está suficientemente desenvolvido para substituir a ortodoxia existente da Escola Neoclássica. No entanto, segundo o autor, as pressões de mudança são tão fortes que a Economia não vai ficar inalterada. A visão evolucionista partilhada pelos institucionalistas originais como Veblen e Commons está a ganhar um número alargado de aderentes, e a trazer para a ribalta conceitos centrais do círculo institucionalista como *path-dependency*, causalidade cumulativa e *lock-in*. Neste caminho, a Economia tem vindo a aproximar-se da biologia, da história e da sociologia, o que é retratado como uma vitória do Velho Institucionalismo e das suas ideias.

Num texto mais recente Hogdson (2004: 99) já refere que está a crescer as áreas de contacto entre a investigação de ambas as escolas e o crescimento de um diálogo frutuoso. O individualismo extremo do NIE inicial está a ser desafiado por dentro e por fora da própria escola. O futuro da Economia Institucionalista terá uma genealogia marcada tanto pelo Velho como pelo Novo Institucionalismo. Uma visão mais ligada a uma síntese e fusão crescente das duas escolas do que a uma vitória do OIE.

Furubotn (1997: 461) pensa que a investigação futura no campo do Institucionalismo mostra uma muito maior diversidade de aproximações, onde o NIE acaba por se aproximar das ideias do Velho Institucionalismo Americano fazendo tremer a dominância do paradigma neoclássico.

North (1993: 7), no seu discurso do Nobel, realça como a visão institucionalista pode contribuir para melhorar o entendimento do passado económico. Em primeiro, facilitando a compreensão do processo histórico que origina as condições que permitem custos de transacções, sistemas de crenças e lógicas de cooperação que produzem o crescimento económico moderno e diferenciado entre países. Em segundo, pode explicar a *path-dependence*, algo que é difícil de captar pela visão neoclássica, e que restringe em

grande medida o declínio ou crescimento dos países. Em terceiro, a visão institucionalista poderá contribuir para a compreensão da interrelação complexa entre instituições, tecnologia e demografia no conjunto do processo de mudança económica.

Reis (2007: 71) reforça o caminho de uma Economia mais satisfatória:

“...uma visão institucional alargada, quer pela articulação que estabelece entre os diferentes arranjos institucionais, quer pelo modo contextual que a define, compreende de forma muito mais rica a contingência, a inovação e a diferença.”

O Institucionalismo transforma a teoria económica em algo mais satisfatório para a explicação do real.

Posfácio

Mas não mudei de curso. Afinal a Economia ainda iria ser complementada com visões que ajudavam a compor o quadro. Nesse mesmo ano (o terceiro da licenciatura) tive disciplinas como Economia do Desenvolvimento e Economia Internacional que me deram uma visão mais abrangente dos problemas actuais. No último ano, tive um conjunto alargadíssimo de disciplinas, muitas delas optativas que vieram eliminar quaisquer dúvidas que tivesse sobre o grande interesse em estudar a Economia. Disciplinas como Desenvolvimento Regional e Economia da Inovação, que introduziram temas novos como o olhar regional, a importância da inovação e da tecnologia, a escola institucionalista (na visão de Coase e Williamson), os limites da análise neoclássica, fizeram de mim um melhor economista e mudaram completamente o meu caminho.

Estas notas de reflexão, paralelas ao próprio ensaio, pretendem apenas chamar a atenção para um problema sério a surgir na formação dos economistas pós-Bolonha, que vêem o tempo escassear para aprenderem visões alternativas e poderão ficar amarrados no limbo da teoria neoclássica que tudo e nada explica.

Referências Bibliográficas

- Aoki, Masahiko (2005), “Endogenizing Institutions and Institutional Change”, paper para o World Congress of the International Economic Association, disponível em URL . <http://www.stanford.edu/~aoki/>;
- Baumol, W. e Blinder A. (2000) *Economics – Principles and Policy*, Eighth Edition, Dryden, Orlando, EUA;
- Castro, Cleber (2005) “O Processo de Coordenação de Cadeias Agroalimentares: Aspectos Teóricos e Empíricos”, paper para o V International PENSA Conference, FEA-RP/USP;
- Coase, Ronald (1994) “Economics and Contiguous Disciplines”, in *Essays on Economics and Economists*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press, pp 34-46;
- Coase, Ronald (1991), “The Institutional Structure of Production” http://nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/1991/coase-lecture.html;
- Fernandes, Marcello e Barros, Nazaré (1997) *Fundamentação da Metafísica dos Costumes de Kant*, manual escolar, 3ª Edição, Lisboa Editora, Lisboa;
- Furubotn, Eirik (1997) “The Old and New Institutionalism in Economics” in Peter Koslowski (ed.) *Methodology of the Social Sciences, Ethics, and Economics in the Newer Historical School: from Max Weber ans Rixcket to Sombart and Rothacker*, Heidelberg, Soringer-Verlag, Berlin;
- Hodgson, Geoffrey (2006a), “Institutional Economics into the Twenty-First Century”, paper da Conferência no Programa de Doutorado em Governação, Conhecimento e Inovação, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Outubro.
- Hodgson, Geoffrey (2006b), “What Are Institutions?”, in *Journal of Economic Issues*, XL (1), pp 1-25;
- Hogdson, Geoffrey (2004) “Institutional economics: from Menger and Veblen to Coase and North”, in John Davis, A. Marciano e J. Runde (ed.) *The Elgar Companion to Economics and Philosophy*, Cheltenham, pp 84-101;
- Hogdson, Geoffrey (2002) “Reconstructive downward causation: Social structure and the development of individual agency”, in Edward Full brook (ed.) *Intersubjectivity in Economics: Agents and Structures*, Londres e Nova Iorque, Rothledge, pp 159-180;
- Hogdson, Geoffrey (1994) “The Return of Institutional Economics”, in Smelser and Swedberg (eds.) *The Handbook of Economic Sociology*, Princeton, NJ, Princeton University Press, pp. 58-76;
- Laranjo, J.M., Henriques, L.S., Leandro, M. e Gomes, M.M. (1995) *Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social*, manual escolar do Ensino Secundário 12º ano; Porto Editora, Porto;
- Levitt, S.D. e Dubner, S.J. (2006) *Freakonomics – O Estranho Mundo da Economia*, Editorial Presença, Lisboa;
- Marcelino, Isabel; Gomes, Isabel e Franklin, Agostinho (1995) *Sentido(s) do Saber – Introdução à Filosofia*, manual escolar do Ensino Secundário 11º ano; Porto Editora, Porto;
- Neves, J. C. (1998) *Nobel da Economia*, Principia, Cascais;

- North, Douglass (2005), *Understanding the Process of Economic Change*, Princeton e Oxford, Princeton University Press;
- North, Douglass (1994), "Economics Performance Through Time", *The American Economic Review*. Vol.8 n^a 3, pp 359-368 ;
- Oliveira, M.L., Pais, M.J, e Cabrito, B.G. (1994) *Introdução à Economia*, manual escolar do Ensino Secundário 10^o ano, 3^a Edição, Texto Editora, Lisboa;
- Oliveira, M.L., Pais, M.J, e Cabrito, B.G. (1996) *Introdução à Economia*, manual escolar do Ensino Secundário 11^o ano, 3^a Edição, Texto Editora, Lisboa;
- Reis, José (2007), *Ensaio de Economia Impura*. Coimbra, Almedina;
- Samuelson, P.A e Nordhaus, W.D. (1993) *Economia*, 14^a Edição, Mcgraw-Hill, Lisboa;
- Simon, Herbert A, 1986. "Rationality in Psychology and Economics," *Journal of Business*, University of Chicago Press, vol. 59(4), pp 209-24;
- Williamson, O. E. (1985) *The Economic institutions of capitalism*, Free Press.